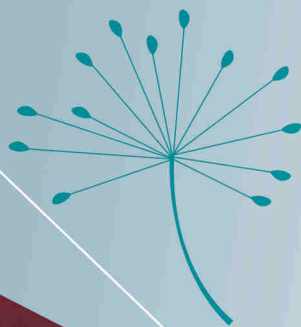




PRÊMIO CNMP 2020

MINISTÉRIO PÚBLICO. UM PROJETO, MUITAS CONQUISTAS.

PROJETOS PREMIADOS

www.cnmp.mp.br/premio/



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

©2020, Conselho Nacional do Ministério Público
Permitida a reprodução mediante citação da fonte

Conselho Nacional do Ministério Público

Prêmio CNMP – Catálogo de projetos premiados / Conselho Nacional do Ministério Público – Brasília: CNMP, 2020.

47p. il.

1. Prêmio CNMP. 2. Projetos. I. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público

Biblioteca/CNMP

CDU - 658

APRESENTAÇÃO

Com a preocupação de dar cumprimento à sua missão constitucional e de consolidar sua representatividade junto ao Ministério Público e à sociedade brasileira, o Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2010, iniciou movimento para a elaboração do seu planejamento estratégico, cujo primeiro ciclo vigorou entre 2011 e 2015, com duas prorrogações, 2015-2017 e 2017-2019.

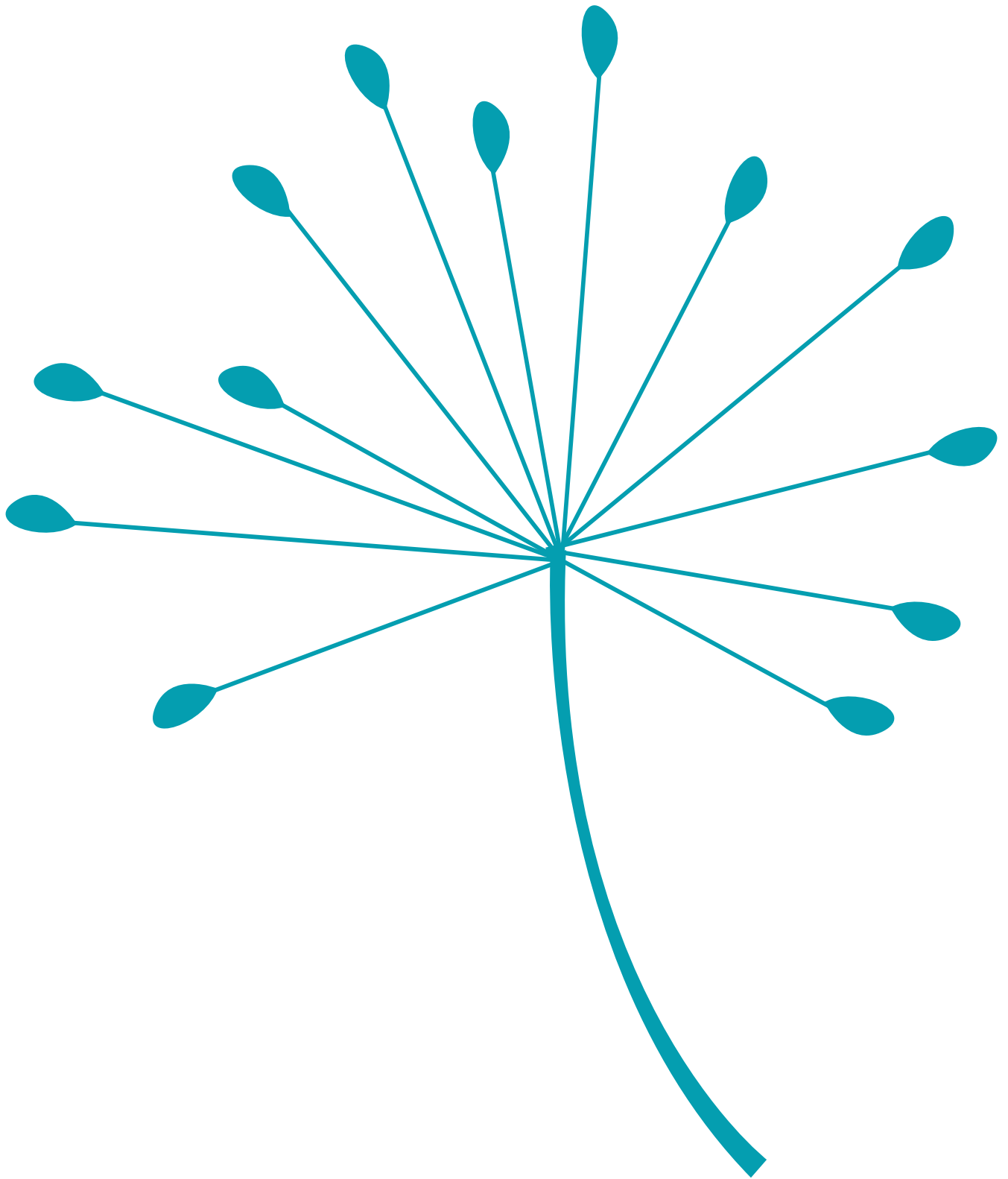
Partindo da constatação de que, além do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, o Conselho Nacional do Ministério Público deve contribuir para a integração e o aperfeiçoamento institucional, o Órgão construiu agenda estratégica nacional, em parceria com todos os ramos e unidades.

Para alavancar a perspectiva de transformação da realidade social, foi instituído o Banco Nacional de Projetos, para coletar e disseminar resultados bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Seu objetivo é possibilitar que cada ramo ou unidade possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória da ampla e forte atuação ministerial em todo o território nacional, estando disponível no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>.

Nesse contexto, foi aprovada a Resolução nº 94/2013, que institui o Prêmio CNMP, para possibilitar a premiação dos projetos que mais se destacaram na concretização e no alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional. Concorreram, na edição 2020 do Prêmio CNMP, 1.213 projetos que traduzem a missão, a visão e os objetivos de todo o Ministério Público brasileiro. São o resultado da atuação proativa, efetiva e resolutiva de membros e servidores da Instituição.

O Prêmio CNMP 2020 encerra o ciclo 2011-2019 do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público. Para a próxima edição, ele estará completamente reformulado para refletir a realidade do novo PEN-MP 2020-2029 e com total correspondência ao Mapa Estratégico Nacional em vigor para o atual decênio.

Nossos parabéns aos projetos premiados, que aparecem detalhados na presente publicação e, brilhantemente, marcam o fim desse período tão emblemático de conquistas institucionais.



SUMÁRIO

CATEGORIA

DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

08

- 1º Lugar **Lei da Escuta 13.431/2017 e o Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAI) | 02458/2019** 09
Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS)
- 2º Lugar **Pró-reservas: projeto de incentivo à criação de reservas particulares do patrimônio natural | 02561/2019** 10
Ministério Público de Alagoas (MP/AL)
- 3º Lugar **O MP e a valorização do preso. Artesão livre. Trabalho como caminho para a liberdade | 01019/2015** 11
Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP/MS)

CATEGORIA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

12

- 1º Lugar **Gente não se vende: a atuação do MPT no enfrentamento do tráfico de pessoas | 02754/2020** 13
Ministério Público do Trabalho (MPT)
- 2º Lugar **ProCEVE: conciliação para prevenir a evasão e a violência escolar | 01366/2016** 14
Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP/MS)
- 3º Lugar **Projeto Ubuntu | 02322/2019** 15
Ministério Público do Trabalho (MPT)

CATEGORIA

INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

16

- 1º Lugar **A Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) na bacia do rio São Francisco | 02192/2018** 17
Ministério Público da Bahia (MP/BA)
- 2º Lugar **Rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento | 02512/2019** 18
Ministério Público de Mato Grosso (MP/MT)
- 3º Lugar **Conexão de direitos | 00674/2014** 19
Ministério Público do Acre (MP/AC)

CATEGORIA

REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

20

- 1º Lugar **Alcatraz: combate às facções criminosas | 02492/2019** 21
Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN)
- 2º Lugar **Migração: atuação do MP/RR no enfrentamento da violência e promoção social de venezuelanos | 02879/2020** 22
Ministério Público de Roraima (MP/RR)
- 3º Lugar **Drone: integração e proatividade com inteligência no Vale do Juruá | 02898/2020** 23
Ministério Público do Acre (MP/AC)

CATEGORIA

REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO

24

- 1º Lugar **De olho no remédio! | 02729/2020** 25
Ministério Público do Paraná (MP/PR)
- 2º Lugar **NaMoral | 02681/2020** 26
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)
- 3º Lugar **Cidadão gestor | 01633/2017** 27
Ministério Público do Rio de Janeiro (MP/RJ)

CATEGORIA

UNIDADE E EFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL

28

- 1º Lugar **Negocia MP: difusão da negociação em tutela coletiva e em casos complexos | 02789/2020** 29
Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN)
- 2º Lugar **Criação do Centro de Apoio Unificado e grupos de atuação especial de tutela coletiva | 02653/2019** 30
Ministério Público de Rondônia (MP/RO)
- 3º Lugar **Ministério Público: pela paz no trânsito e em defesa da vida | 01462/2017....** 31
Ministério Público do Piauí (MP/PI)

CATEGORIA

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

32

- 1º Lugar **Agosto Lilás | 02018/2018** 33
Ministério Público de Alagoas (MP/AL)
- 2º Lugar **O melhor remédio é a transparência | 01506/2017** 34
Ministério Público do Pará (MP/PA)
- 3º Lugar **Conexão água: gestão de comunicação e rede digital para governança e sustentabilidade | 02095/2018** 35
Ministério Público Federal (MPF)

CATEGORIA

PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO

36

- 1º Lugar **Gepade: Gestão Pública Administrativa de Excelência | 02205/2018** 37
Ministério Público da Bahia (MP/BA)
- 2º Lugar **Observatório das políticas públicas infantojuvenis do Estado do RJ e dos seus 92 municípios | 02649/2019** 38
Ministério Público do Rio de Janeiro (MP/RJ)
- 3º Lugar **Formar MP: formação com resolutividade | 02795/2020** 39
Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN)

CATEGORIA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

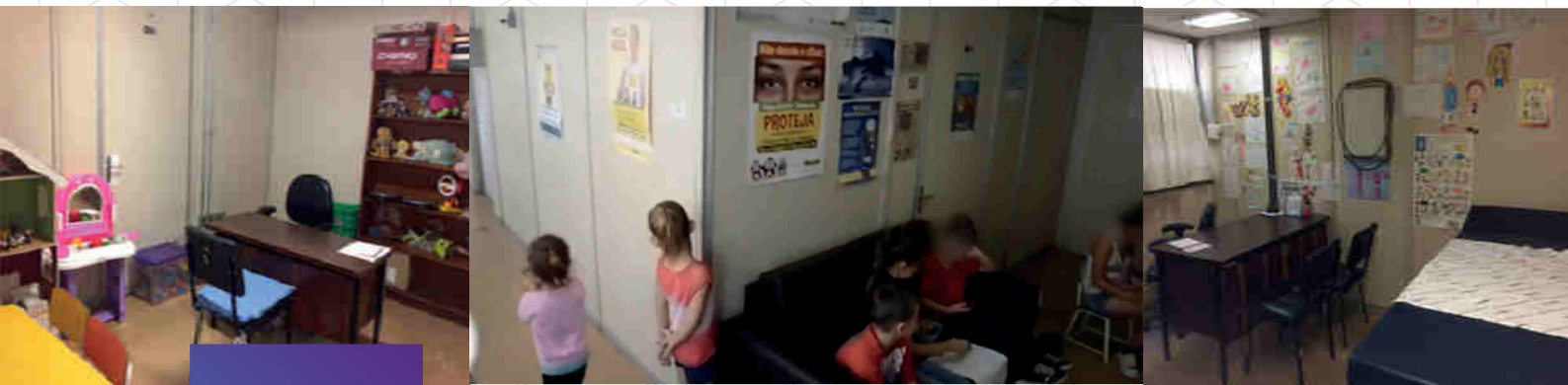
40

- 1º Lugar **Programa Capacidades Analíticas | 02817/2020** 41
Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG)
- 2º Lugar **MPT Cosmos | 02071/2018** 42
Ministério Público do Trabalho (MPT)
- 3º Lugar **De olho no transporte legal | 02730/2020** 43
Ministério Público de Alagoas (MP/AL)



CATEGORIA

**DEFESA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS**



1

LEI DA ESCUTA 13.431/2017 E O CENTRO DE REFERÊNCIA AO ATENDIMENTO INFANTOJUVENIL (CRAI) | 02458/2019

Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS)

Denise Casanova Villela – Promotora de Justiça

O projeto articulado pelo MP/RS, por meio do Termo de Compromisso Operacional, junto ao Governo do Estado do RS, com interveniência da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias e Departamento-Médico Legal), e do Município de Porto Alegre (Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Materno Infantil Presidente Vargas), propiciou a implementação do Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAI), agregando equipes da Saúde e da Segurança Pública para o pronto-atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, dentro de um hospital materno-infantil.

A finalidade do serviço é que, de forma célere e integrada, as vítimas sejam acolhidas, recebam o atendimento médico/profilático, realizem o aborto (permitido por lei), registrem a ocorrência policial e efetuem as perícias médico-legais, com posterior encaminhamento à rede de proteção local e ao Ministério Público, evitando a revitimização, o preconceito e o deslocamento delas a diversas instituições. Resultado: mais de dez mil perícias (2015/17) e 20 mil atendimentos (2017/18), protegendo vítimas e responsabilizando algozes.

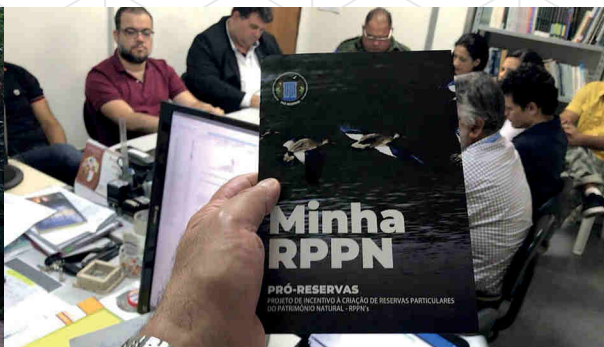


CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (51) 99985-2644

E-mail: caoinfancia@mprs.mp.br



2

PRÓ-RESERVAS: PROJETO DE INCENTIVO À CRIAÇÃO DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL | 02561/2019

Ministério Público de Alagoas (MP/AL)

Lavinia Silveira de Mendonça Fragoso – Promotora de Justiça

Alberto Fonseca – Promotor de Justiça

Renata Oliveira Teixeira Cavalcante – Analista do MP – Gerente do Projeto

O projeto tem como objetivo incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e fomentar atividades de proteção das respectivas áreas, visando à preservação dos recursos hídricos e à proteção de espécies de fauna e flora no Estado de Alagoas. Suas diretrizes de execução são as ações de educação ambiental, apoio ao combate à caça e ao tráfico de espécies nativas, assim como o acompanhamento de Planos de Ação Estaduais estabelecidos.

Entre as atividades do projeto, constam instauração de procedimentos, ações educativas, reuniões de acompanhamento de processos de averbação, cartografia de recursos hídricos, palestras e outras atividades ambientais executadas em parceria com demais órgãos interessados.

O presente projeto reveste-se de caráter pioneiro no Estado e em nível nacional, especificamente pelo fato de os fragmentos florestais de maior importância estarem em áreas particulares, bem como pela dificuldade de destinação de recursos estatais para a criação de Unidades de Conservação Estaduais com tal objetivo.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

E-mail: lavinia.fragoso@mpal.mp.br / alberto.fonseca@mpal.mp.br



3

O MP E A VALORIZAÇÃO DO PRESO. ARTESÃO LIVRE. TRABALHO COMO CAMINHO PARA A LIBERDADE | 01019/2015

Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP/MS)

Jiskia Sandri Trentin – Promotora de Justiça

O projeto “O MP e a valorização do preso. Artesão Livre. Trabalho como caminho para liberdade” objetiva o desenvolvimento de ocupação terapêutica rentável durante a execução da pena. O privado de liberdade participa de cursos para aprendizado de diversas técnicas de artesanato, posteriormente comercializado em duas feiras anuais.

Surgiu em outubro de 2014, a partir da solicitação de apoio feita ao MP/MS pela diretoria de uma unidade penal inspecionada, para que fosse viabilizada a comercialização de peças de artesanato produzidas pelos encarcerados; hoje, sua XII edição está em preparação.

Proporciona ao privado de liberdade: (1) aprendizagem de um novo ofício que possa ser a semente de uma vida longe da criminalidade; (2) auxílio no próprio sustento e no de suas famílias; (3) cumprimento da pena de forma mais rápida, em razão da remição dos dias trabalhados; (4) elevação da autoestima, mediante a sensação da utilidade da pena como retorno social de boas ações; (5) diminuição do ócio.



CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (67) 98136-3555

E-mail: 50pjcg@mpms.mp.br



CATEGORIA

**TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL**





1

GENTE NÃO SE VENDE: A ATUAÇÃO DO MPT NO ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO DE PESSOAS | 02754/2020

Ministério Público do Trabalho (MPT)

Ulisses Dias de Carvalho – Procurador do Trabalho

Tatiana Leal Bivar Simonetti – Procuradora do Trabalho

O projeto objetiva articular a atuação do Ministério Público do Trabalho na prevenção e na repressão ao tráfico de pessoas; fomentar parcerias com órgãos públicos e a sociedade civil; colher dados e realizar mapeamento dos locais com maior probabilidade de incidência desse crime, de forma a viabilizar uma atuação multidisciplinar integrada, articulada e eficaz; e realizar revisão teórico-metodológica a respeito de pontos sensíveis, que vão desde a linguagem utilizada pelos juristas até questões judiciais relacionadas ao reconhecimento do vínculo de emprego e percepção de todos os consectários legais por parte da vítima.

A iniciativa surge da necessidade de garantir a proteção integral das vítimas traficadas, incluindo a tutela de seus direitos trabalhistas, e já possui diversos resultados concretos, tais como a efetiva integração do MPT na rede nacional de enfrentamento do tráfico humano; a organização de eventos de sensibilização e capacitação; a participação no planejamento e na execução de operações de repressão; o aumento do número de investigações civis relacionadas à temática; e a capacitação de vítimas para a sua (re)inserção no mercado de trabalho.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

E-mail: ulisses.carvalho@mpt.mp.br / tatiana.simonetti@mpt.mp.br



2

PROCEVE: CONCILIAÇÃO PARA PREVENIR A EVASÃO E A VIOLÊNCIA ESCOLAR | 01366/2016

Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP/MS)

Sérgio Fernando R. Harfouche – Procurador de Justiça

O ProCEVE fomenta o resgate e a convergência dos papéis típicos dos pais (criar e educar), professores (ensinar/formar) e gestores (supervisão escolar/disciplinar) em interface com os alunos (permitir ensinar e formar). Objetiva despertar o senso de responsabilidade nos alunos com problemas disciplinares, solucionando conflitos, administrativamente, por meio de práticas como a reparação de danos (sujou/limpa; quebrou/conserta; ofendeu/se retrata etc.), por abordagens administrativas e por força do poder familiar contido no art. 1634, IX, C.C. Surgiu da necessidade de conter a violência na escola e por recomendação do CNMP (Reclamação Disciplinar nº 0.00.00.01388/2012-16), pela adequação dos regimentos escolares quanto à inserção da prática de ação educacional (PAE) como resposta disciplinar na escola. Os resultados colhidos são mais de 500 mil pais convocados e reunidos, redução de 80% da demanda em Conselhos Tutelares, criação de leis municipais e estaduais, além de estar em trâmite, na Câmara Federal, o Projeto de Lei nº 2410/2019, que versa sobre o mesmo.

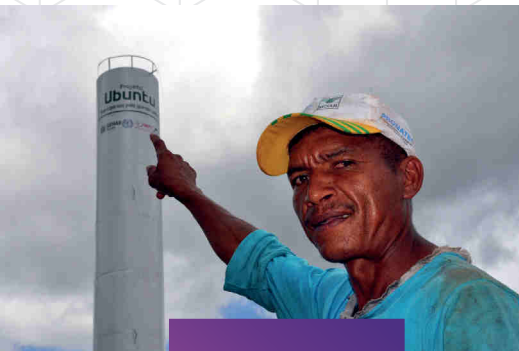
CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (67) 3312-5564

E-mail: sergioharfouche@mpms.mp.br

ProCEVE



3

PROJETO UBUNTU | 02322/2019

Ministério Público do Trabalho (MPT)

Cecília Amália Cunha Santos – Procuradora do Trabalho

O Projeto Ubuntu nasceu na PTM/Araguaína, busca criar articulação entre a promoção do trabalho decente e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Outrossim, foi desenvolvido em parceria com OIT, SENAR, Pastoral da terra e o Núcleo de Saberes e Práticas Agroecológicas e consiste na formação agroecológica de comunidades quilombolas, com o investimento na infraestrutura necessária para implantação das cadeias produtivas escolhidas pelas comunidades (horticultura, frango caipira, mandiocultura, piscicultura e fruticultura, em sistemas de agroecologia). Os recursos aplicados no projeto decorrem da condenação em dano moral coletivo.

Citam-se os seguintes resultados obtidos: pagamento de bolsa a cada uma das 19 famílias envolvidas, segurança alimentar e nutricional; diminuição dos casos de racismo na cidade, em razão da venda de produtos agroecológicos; trabalho digno; geração de renda; resgate cultural; maior segurança na manutenção do território; cursos de capacitação profissional.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

E-mail: cecilia.santos@mpt.mp.br



CATEGORIA

**INDUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**





1

A FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA (FPI) NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO | 02192/2018

Ministério Público da Bahia (MP/BA)

Idealizador: Ministério Público da Bahia

Cogestores: Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Pernambuco e Ministério Público do Estado de Sergipe

O projeto FPI possui atuação interestadual. Iniciado em 2002 na Bahia, alcançou, em 2018, os cinco principais estados da bacia, com grande apoio do Comitê do São Francisco e da Agência Peixe Vivo. Os três ramos do MP, órgãos públicos federais e estaduais de meio ambiente, polícias, ONGs, conselhos profissionais e colaboradores se unem: são carrancas em defesa do Velho Chico.

O objetivo é melhorar a qualidade ambiental da bacia e a qualidade de vida do seu povo, com ênfase para os povos tradicionais. Com decisões colegiadas e metodologia própria, as etapas de campo realizam ações de fiscalização com medidas imediatas, ações de educação ambiental e orientações técnicas para regularizar atividades. É feito, ainda, diagnóstico com relatórios conjuntos. É bastante significativa a indução de políticas públicas de saneamento básico, gestão de águas, de saúde, de defesa dos PCTs e patrimônio cultural, defesa da fauna, agroecologia, educação ambiental e outras promovidas pela FPI. Os resultados são muitos, alguns imediatos, como, por exemplo, embargo de mineração em terra indígena (BA), interdição dos lixões (AL e SE), suspensão de captações ilegais de água (MG) e retirada de famílias do lixão (PE); e muitos outros a médio e longo prazos.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (71) 3103-6424

E-mail: lucianakhoury@mpba.mp.br / nusf@mpba.mp.br





2

REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE VÁRZEA GRANDE E NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | 02512/2019

Ministério Público de Mato Grosso (MP/MT)

Janine Barros Lopes – Promotora de Justiça

Michelle Moraes Santos – Analista Assistente Social

Nancy Cristina Ito Moreira – Analista Assistente Social

O projeto é produto da cooperação mútua entre os órgãos que compõem a rede de atendimento/defesa/responsabilização às pessoas envolvidas na dinâmica da violência doméstica/familiar contra a mulher de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento, compromisso este consolidado por meio de Termo de Cooperação Técnica. Desenvolveram-se estratégias efetivas de prevenção, implementação de políticas públicas e enfrentamento do fenômeno, buscando garantir direitos, empoderamento, assistência humanizada/qualificada às mulheres vítimas, crianças/adolescentes e aos autores do fato. No eixo 1, foram implementados: Patrulha Maria da Penha; Serviço de Reflexão para Homens; e a distribuição de 500 unidades da cartilha “Relações Pacíficas: como construir um ambiente de paz em casa”, cujo compartilhamento também ocorreu nas redes sociais. No eixo 2, foram desenvolvidas quatro qualificações com profissionais de ambos os municípios. No eixo 3, foram realizadas duas pesquisas acadêmicas: uma do programa de iniciação científica e outra do programa de mestrado em Sociologia.



REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
VÁRZEA GRANDE
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (65) 98107-4366 / (65) 99963-0663

E-mail: michelle.moraes@mpmt.mp.br / nancy.moreira@mpmt.mp.br



3

CONEXÃO DE DIREITOS | 00674/2014

Ministério Público do Acre (MP/AC)

Vanessa de Macedo Muniz – Promotora de Justiça

O projeto objetiva elaborar fluxos operacionais sistêmicos em 13 municípios acreanos, onde já há um diálogo interinstitucional provocado pela implantação do programa de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil (PAIR), no intuito de fortalecer a atuação das instituições que compõem o Sistema de Garantias de Direitos da criança e do adolescente, estimulando as denúncias, evitando a subnotificação e garantindo a proteção dessa parcela da população, que se encontra na fase peculiar de desenvolvimento biopsicossocial, portanto necessitando de proteção e defesa. Compreende-se que o exercício da realização das oficinas para elaboração dos fluxos em cada território construa uma base para a atuação efetiva em rede, onde cada um cumpra com seu papel institucional na promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Tais ações deverão contribuir para o fortalecimento e a integração das redes locais, com atores sociais capacitados e fluxos de atendimento integral construídos, pactuados e protocolados.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (68) 3212-6800 / (68) 3212-6861

E-mail: vmuniz@mpac.mp.br / cdij@mpac.mp.br



CATEGORIA

**REDUÇÃO DA
CRIMINALIDADE**



Mapeamento: áreas de influência de facções



1

ALCATRAZ: COMBATE ÀS FACÇÕES CRIMINOSAS | 02492/2019

Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN)

Emanuel Dhayan Bezerra de Almeida – Promotor de Justiça

O projeto Alcatraz trata-se de estruturação de unidade própria no âmbito do GAECO, com vistas especificamente a apoiar investigações em face das organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Sindicato do RN (SDC), atuantes do Estado do Rio Grande do Norte, objetivando criar e alimentar banco de dados de faccionados para fins de inteligência, para orientar a atuação criminal e de execução penal dos membros do MP/RN e, por fim, apresentar denúncia para responsabilização de faccionados. Resultados já obtidos: (a) denunciados 556 réus por integrar facções criminosas; (b) cadastrados 1.518 faccionados na base de dados: 461 do PCC e 1057 do Sindicato do RN; (c) 284 relatórios técnicos produzidos e destinados às Promotorias de Justiça no ano de 2018 e 2019, respectivamente; (d) transferência de lideranças de facções criminosas para outras unidades prisionais, inclusive para presídios federais; (e) mapeamento do Estado do Rio Grande do Norte georreferenciado, permitindo conhecer os territórios de influência de facções criminosas, compartilhados com a PC, PM e PF.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (84) 99969-2121

E-mail: emanuel.almeida@mprn.mp.br





2

MIGRAÇÃO: ATUAÇÃO DO MP/RR NO ENFRENTAMENTO DA VIO- LÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL DE VENEZUELANOS | 02879/2020

Ministério Público de Roraima (MP/RR)

Edson Damas da Silveira – Procurador de Justiça
Márcio Rosa da Silva – Promotor de Justiça
André Paulo dos Santos Pereira – Promotor de Justiça
Lincoln Zaniolo – Promotor de Justiça Substituto
Valcio Luiz Ferri – Promotor de Justiça Substituto
Apoio Técnico e Operacional:
Cláudia Cavalcante da Silva – Assessora Jurídica
Serguei Aily Franco de Camargo – Assessor Jurídico
Elione Donato dos Santos – Chefe de Segurança de Gabinete

O projeto surgiu da necessidade de criação de uma força-tarefa para mediar conflitos na Comarca de Pacaraima, fronteira do Brasil com a Venezuela. A situação política, econômica e social do país vizinho produziu uma crise migratória sem precedentes para o Estado de Roraima, porta de entrada dos migrantes ao Brasil. Estima-se que cerca de 500 migrantes por dia chegam ao Estado, segundo da Polícia Federal.

O processo migratório na região de Pacaraima, a 213 km de Boa Vista/RR, transformou a cidade em um verdadeiro “barril de pólvora” prestes a explodir. A população cobra segurança pública, expulsão de venezuelanos do município, melhoria na área de saúde, educação, além do fechamento da fronteira.

As manifestações violentas ocorreram no município dia 7 fevereiro de 2020 e formavam uma barreira humana composta por indígenas e crianças, que bloqueavam a rodovia que liga os dois países. O Ministério Público do Estado de Roraima, em parceria com o Exército Brasileiro/Operação Acolhida, promoveu a mediação do conflito, o que resultou em pacificação.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (95) 98413-3801

E-mail: claudiacavalcante@mpr.rr.mp.br / gaemidh@mpr.rr.mp.br

3

DRONE: INTEGRAÇÃO E PROATIVIDADE COM INTELIGÊNCIA NO VALE DO JURUÁ | 02898/2020

Ministério Público do Acre (MP/AC)

Júlio César de Medeiros Silva – Promotor de Justiça

O projeto Drone é um conjunto de práticas e estratégias que vão desde a atuação técnica e jurídica à máxima integração (interna e externa), inteligência e proatividade do MP com os demais órgãos do Sistema de Segurança Pública (PM, PC, PF, IAPEN) e com Poder Judiciário.

Sua elaboração ocorreu a partir do aumento do número de homicídios devido, sobretudo, ao tráfico de drogas na região do Juruá, atrelado à vulnerabilidade da região de fronteira com países vizinhos produtores de droga (Peru e Bolívia), sem ao menos contar com posto da PRF na BR-364, além de o local ser uma rota internacional dominada por determinada organização criminosa.

Paralelamente a isso, o Setor de Inteligência da PM estava absolutamente desaparelhado, razão pela qual foi necessária a sua reestruturação e, inclusive, aquisição de um drone de qualidade, bem como diversos equipamentos de inteligência, com capacitação técnica de todos os atores.

Como resultados, houve a diminuição na órbita de 83% do índice de Mortes Violentas Intencionais no Vale do Juruá, de janeiro a outubro de 2019, além de apreensões vultosas de drogas (287 kg e 415 kg).

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (68) 99932-6714 / (68) 99998-4324

E-mail: jcmsilva@mpac.mp.br





CATEGORIA

**REDUÇÃO
DA CORRUPÇÃO**







2

NAMORAL | 02681/2020

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

Claudia Braga Tomelin – Promotora de Justiça

Luciana Asper y Valdes – Promotora de Justiça

Jaqueline Ferreira Gontijo – Promotora de Justiça

Luciana Medeiros Costa – Promotora de Justiça

Lenna Luciana Nunes Daher – Promotora de Justiça

Stéphany Nely Lobato – Promotora de Justiça

O NaMoral nasceu em 2019, sendo aplicado em nove escolas públicas do DF. A inovação proposta foi a gamificação, que criou uma grande gincana educativa entre as escolas ao propor tarefas desafiadoras e construtivas, que despertaram os estudantes para as suas responsabilidades e para as consequências de suas escolhas para interromper o ciclo da corrupção, o que gerou profunda transformação nos estudantes.

O destaque da metodologia foi a junção de teoria e prática: a cada conceito aprendido, uma ação concreta foi exigida, o que levou as equipes a cumprirem, cada uma, sete missões, que envolveram soluções para problemas da comunidade escolar e da comunidade em geral. Foram feitas cinco rodas de conversas, nas quais a integridade foi abordada em três etapas — individual, coletiva e altruística —, o que transformou os 250 estudantes inscritos em embaixadores da integridade, influenciadores da integridade e restauradores de danos provocados pela corrupção, respectivamente. As ações exigiram o engajamento dos demais alunos da escola, levando os valores do projeto a cerca de oito mil alunos e alcançando índice de aprovação de 98%. As escolas vencedoras ganharam 15 mil, 10 mil e 5 mil reais, oriundos de multas de condenação por atos de corrupção.

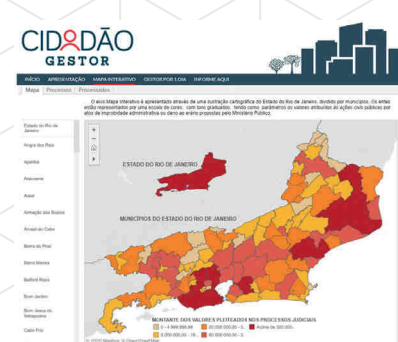
CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (61) 99972-6869

E-mail: lucianaasper@mpdft.mp.br





Este Federativo	Propositura	Processo	Processados	Valor Atualizado (R\$)
Rio de Janeiro	2001	0014753-23.2001.8.19.0001	CELESTINO OLIVEIRA MARTINS, FABIO MARLY SARMAGOS PRINHEIRO, LUIZ CARLOS AQUINO, MOBILE COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.	R\$ 30.320,84
		0135506-09.2001.8.19.0001	ALBERTO KATZ, CESAR ONOFRE KANASE, CLAUDIO HENRIQUE RIBEIRO DE CARVALHO, CONDOMINIO DO EDIFICIO BARRA GARDEN SHOPPING CENTER, COSTA LESTE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA, EMIR ELIAS ZEIAN, FERNANDO CESAR MO...	R\$ 24.256.989,33
2002	0067888-09.2002.8.19.0001		FUNDACAO ESCOLA DO SERVIDOR PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FESP/RJ, FUNDACAO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FTMRJ.	R\$ 2.820,36
2003	0024897-03.2003.8.19.0001		ANDREA MARIA PRINHEIRO RODRIGUES, CELESTINO OLIVEIRA MARTINS, DEC OPEN INFORMATICA LTDA, DECATRON AUTOMOCAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, DIOULAS JOSE REBEIROS, FABIO MARLY SARMAGOS PRINHEIRO, KAROLINE RODRIG...	R\$ 1.479.835,97
		0008311-26.2003.8.19.0001	EMPRESA MUNICIPAL DE VIGILANCIA - GUARDA MUNICIPAL, MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO.	R\$ 2.518,48



CIDADÃO GESTOR | 01633/2017

Ministério Público do Rio de Janeiro (MP/RJ)

Patrícia do Couto Villela – Promotora de Justiça

O projeto Cidadão Gestor é voltado para combate à corrupção, fortalecimento da cidadania e aprimoramento institucional, destinado a cidadãos, membros e servidores do MP/RJ, focado na defesa do patrimônio público dos entes federativos sujeitos à sua intervenção (Municípios e ERJ).

Ele surge em um contexto de índices altos de corrupção visualizados no cenário nacional, conjugado à má gestão pública, à necessidade de que seja conferida maior transparência à atuação dos agentes públicos e à ausência ou inadequação da implementação de políticas públicas pelo Poder Público.

Contemplando todas essas vertentes, o projeto permite a pesquisa das ACPs por ato de improbidade administrativa propostas pelo MP/RJ e acompanhamento processual, bem como busca conscientizar o cidadão quanto ao seu papel social, o qual pode simular o emprego da soma dos valores desviados e pleiteados nas ACPs em políticas públicas diferenciadas para seu município, de acordo com necessidades locais, ampliando o IDC/MPRJ, índice criado no projeto, tendo por base suas premissas.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (21) 97241-4088

E-mail: patvilel@mprj.mp.br





CATEGORIA

**UNIDADE E EFICIÊNCIA
DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL
E OPERACIONAL**





1

NEGOCIA MP: DIFUSÃO DA NEGOCIAÇÃO EM TUTELA COLETIVA E EM CASOS COMPLEXOS | 02789/2020

Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN)

Marcus Aurélio de Freitas Barros – Promotor de Justiça

Trata-se de um projeto direcionado à disseminação da solução consensual de conflitos, por meio de negociações em causas coletivas complexas, com a participação do promotor natural, dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça e do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA).

A aplicação de negociações vem sendo fomentada em causas que geram impactos sociais significativos e apresentam importantes resultados, estimulando atuação coordenada, planejada, com diálogo institucional e participação dos grupos atingidos, de modo a alcançar acordos interinstitucionais que efetivamente sejam cumpridos, oferecendo, também, novas alternativas aos Termos de Ajustamento de Conduta e às Ações Cíveis Públicas, produzindo efetivos resultados à garantia dos direitos coletivos, inclusive com o uso de plataforma on-line.

Este projeto já realizou 104 negociações, com índice de 84% de acordos.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (84) 99972-3745

E-mail: anderson.lima@mprn.mp.br



2

CRIAÇÃO DO CENTRO DE APOIO UNIFICADO E GRUPOS DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE TUTELA COLETIVA | 02653/2019

Ministério Público de Rondônia (MP/RO)

Aluildo de Oliveira Leite – Procurador-Geral de Justiça

Jorge Romcy Auad Filho – Promotor de Justiça

Este projeto trata da unificação dos Centros de Apoio Operacional e da criação dos Grupos de Atuação Especial. Sua implementação surgiu a partir de algumas prioridades da Administração Superior, tais quais: dotar os órgãos de execução de primeiro e segundo graus de meios necessários à plena atividade funcional de seus membros; necessidade de racionalizar as atividades de apoio das Promotorias de Justiça; ser fundamental a implementação de uma política institucional finalística unificada, com a interação entre as diversas áreas de atuação do Ministério Público do Estado de Rondônia, buscando a transversalidade das ações; e a necessidade de otimizar as ações do Ministério Público no tocante à tutela coletiva.

Como resultados alcançados, elencamos: a realização de atividades interdisciplinares, inclusive e principalmente durante a pandemia de Covid-19; o compartilhamento do corpo técnico em projetos e atividades com atuação transversal; a padronização das estruturas funcionais e remuneratória gerando uma economia anual de um milhão de reais; e a atuação integrada em forças-tarefas.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (69) 99982-6858

E-mail: romcy@mpro.mp.br

Centro de Apoio
Operacional Unificado
e Grupos de Atuação
Especial

3

MINISTÉRIO PÚBLICO: PELA PAZ NO TRÂNSITO E EM DEFESA DA VIDA | 01462/2017

Ministério Público do Piauí (MP/PI)

Carmelina Maria Mendes de Moura – Procuradora-Geral de Justiça

Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes – Promotora de Justiça

O Projeto teve início em 2016 com a denominação “Caravana do Trânsito”, com o objetivo de conscientizar a sociedade para redução de acidentes e crimes de trânsito, tendo sido realizadas pelo MP/PI e órgãos parceiros nas cidades de Bom Jesus, Santa Luz, Currais, Cristino Castro, Palmeira, Alvorada do Gurgueia e, em 2017, Picos, nas cidades de Parnaíba e Teresina. Na etapa de sensibilização da sociedade foram produzidos diagnósticos para subsidiar a atuação do MP/PI.

Na etapa seguinte, o projeto manteve o objetivo de trabalho para reduzir acidentes e crimes de trânsito no Estado, com propósito de garantir a paz no trânsito, especialmente nos Municípios atendidos pelo projeto.

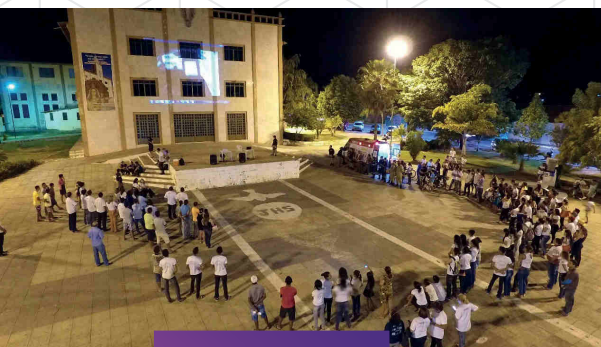
Entre os resultados alcançados, apontam-se: redução de lesões corporais acidentais no trânsito; redução de direção sob influência de álcool e substância análoga; redução de lesão corporal acidental no trânsito; redução de morte acidental no trânsito; realização de campanhas educativas nas escolas, blitz educativa, cinema rodoviário, escolinha de trânsito, contemplando a população de 1.122.765 pessoas, correspondendo a 34,4% da população do Estado do Piauí, até 2018.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (86) 99982-5533 / (86) 99991-3554

E-mail: carmelina@mppi.mp.br / cleiafernandes@mppi.mp.br





C A T E G O R I A

**COMUNICAÇÃO E
RELACIONAMENTO**



1

AGOSTO LILÁS | 02018/2018

Ministério Público de Alagoas (MP/AL)

Maria José Alves – Promotora de Justiça

Hylza Torres – Promotora de Justiça

Marluce Falcão – Promotora de Justiça

Janaina Ribeiro – Diretora de Comunicação

Cristina Mendes – Assessora de Cerimonial

O Agosto Lilás é uma campanha institucional que visa a atuar de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutive, respeitando as competências constitucionais no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Na edição de 2018, o Ministério Público de Alagoas decidiu focar a iniciativa no sofrimento dos filhos, que também são atingidos quando a mãe é violentada. Além disso, a campanha trabalhou o enfrentamento do machismo, um mal que igualmente pode resultar nesse tipo de violência.

O objetivo foi sensibilizar vítimas e sociedade para que elas rompam o silêncio diante da agressão sofrida, seja ela de que natureza for, de modo que o agressor possa ser punido. Por meio de relatos fortes de filhos que sofreram por muito tempo diante da violência vivida pelas mães, o MP/AL buscou mostrar que esse tipo de crime afeta intensamente toda a família e que, também por isso, ele precisa ser combatido.

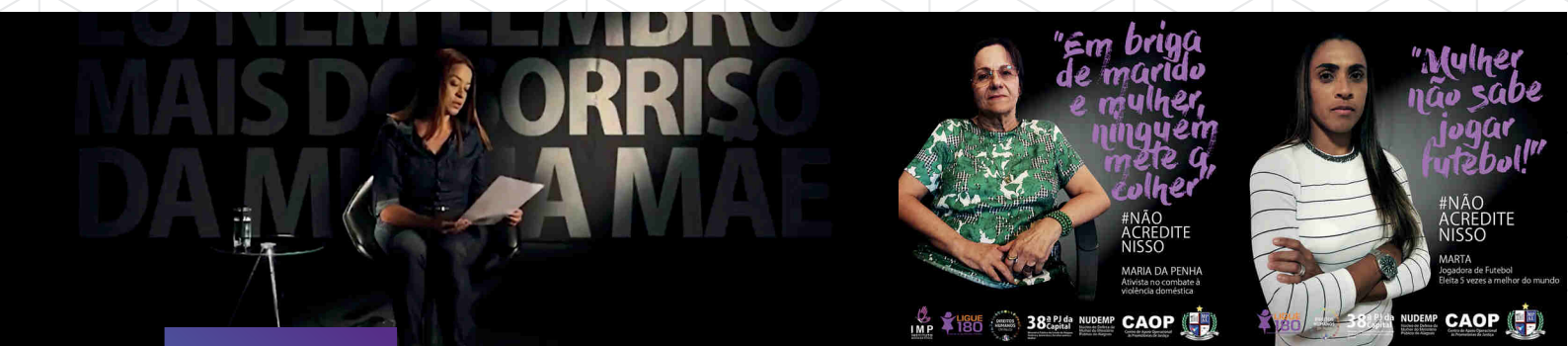
Com comerciais de rádio e TV veiculados, centenas de posts nas redes sociais, ações de rua e uma ampla cobertura da mídia, a campanha permitiu um aumento nos casos de denúncias ao M/PAL em mais de 25%.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (82) 99944-9230 / (82) 99980-9055

E-mail: mariajose.silva@mpal.mp.br / janaina.ribeiro@mpal.mp.br





3

CONEXÃO ÁGUA: GESTÃO DE COMUNICAÇÃO E REDE DIGITAL PARA GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE | 02095/2018

Ministério Público Federal (MPF)

Sandra Akemi Shimada Kishi – Procuradora Regional da República

Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein – Procuradora da República

O projeto Conexão Água, do MPF, constrói estratégias coletivas, com gestão de risco e controle social, por meio de uma governança dotada de uma Comissão Consultiva interinstitucional. Articula-se com grupos multidisciplinares e multissetoriais de colaboradores: membros do MP brasileiro, do Poder Judiciário, do TCU, BACEN, da CGU, CVM, da Academia, do setor empresarial, ONGs, gestores públicos e privados das áreas de meio ambiente, águas, saúde, saneamento, tecnologia e outros. Esses vários atores sociais articulam-se em boas práticas para objetivos comuns, com metodologia resolutiva, inovação e a custo zero. Tal sinergia concretiza-se por acordos de cooperação técnica, alinhamentos e aprimoramento de iniciativas estruturadas em planos de ação, reuniões técnicas e atas bem estruturadas. Eis alguns produtos em 2020: a) Conexão Água e CGU finalizaram dois projetos de avaliação de Comitês de Bacia e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e iniciaram dois projetos de saneamento básico; b) Conexão Água, EMBRAPA e escolas lançaram novo vídeo da campanha Biomonitorando as Águas, de conscientização e engajamento no monitoramento da água por jovens, com uso de Aplicativo (<http://conexaoagua.mpf.mp.br/biomonitorando/videos>); c) Conexão Água, CNMP e ABRAMPA publicaram as “Diretrizes da Coleta Seletiva e Triagem de Materiais Recicláveis durante a Pandemia de Covid-19”, com a articulação de aproximadamente 20 instituições; d) criação da ferramenta “Água de Beber”, de monitoramento social de qualidade da água; e) cooperações intersetoriais entre universidades, institutos e ONGs (nove lives).

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (11) 98898-4934

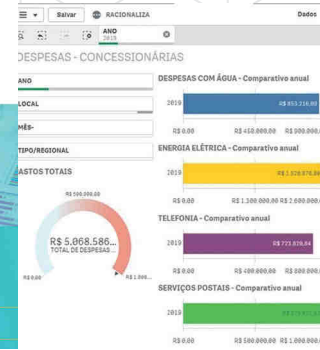
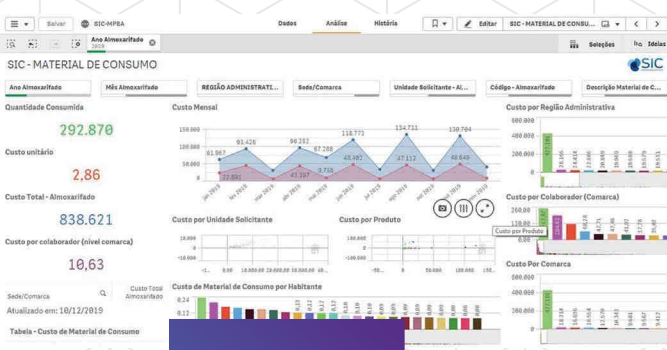
E-mail: sandrakishi@mpf.mp.br



C A T E G O R I A

**PROFISSIONALIZAÇÃO
DA GESTÃO**





GEPADE: GESTÃO PÚBLICA ADMINISTRATIVA DE EXCELÊNCIA | 02205/2018

Ministério Público da Bahia (MP/BA)

Frederico Welington Silveira Soares – Superintendente

André Luis Sant Ana Ribeiro – Diretor

Heide Souza Silva – Coordenador Técnico

O projeto GEPADE: Gestão Pública Administrativa de Excelência visa a atuar na integração de informações e processos, com a aplicação de ferramentas tecnológicas, tendo como objetivo a produção de uma gestão administrativa eficiente, com melhor controle sobre os recursos públicos aplicados na instituição, de forma a garantir a efetividade da atuação ministerial.

Visa, ainda, à integração de informações estratégicas de diversas áreas em um painel gráfico de fácil navegação (BI), reduzindo o tempo das análises para tomada de decisão, controle mais eficiente das despesas da instituição e direcionamento da aplicação dos recursos públicos com base no cruzamento de informações, sem desperdícios.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (71) 3103-0102

E-mail: frederico.silveira@mpba.mp.br



**Gestão
Pública Administrativa
de Excelência**



2

OBSERVATÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INFANTOJUVENIS DO ESTADO DO RJ E DOS SEUS 92 MUNICÍPIOS | 02649/2019

Ministério Público do Rio de Janeiro (MP/RJ)

Eliane de Lima Pereira – Promotora de Justiça

Roberta Rosa Ribeiro – Promotora de Justiça

Rafael Luiz Lemos de Sousa – Promotor de Justiça

Karine Tomaz Veiga – Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro cedida ao MP/RJ

Leonardo da Costa Conceição – Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro cedido ao MP/RJ

O Observatório de Políticas Públicas Infantojuvenis surgiu da necessidade de identificação, mapeamento, qualificação e quantificação das políticas destinadas à criança e ao adolescente no orçamento público. De forma inédita e em prol de um MP/RJ mais resolutivo e colaborativo, buscou-se a solução refletida nas peças orçamentárias para os problemas sociais diagnosticados, em confronto com a análise da gestão dos recursos, sob diversas lentes de controle (na Unidade Gestora responsável, na Fonte de Recurso, nos Programas de Governo e nas Ações Governamentais com suas metas físicas e financeiras). Além de evidenciar o grau de eficácia e exequibilidade para cada uma das áreas da política analisada, a iniciativa, sob a atual Coordenação do GATE/MPRJ, apoia a atuação de todos os membros e já virou referência para outras Funções de Governo (Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente), para o Poder Judiciário e para Tribunais de Contas. Entre os principais resultados, promove o conhecimento sistêmico das escolhas alocativas, fortalece o monitoramento *pari passu* e possibilita o controle preventivo, mediante avaliação *ex ante* das práticas adotadas.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (21) 2262-1001 / (21) 2262-1040

E-mail: secgate@mprj.mp.br



3

FORMAR MP: FORMAÇÃO COM RESOLUTIVIDADE | 02795/2020

Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN)

Marcus Aurélio de Freitas Barros – Promotor de Justiça

Trata-se de projeto do CEAF/MPRN que busca o aprimoramento profissional de membros, servidores, estagiários e parceiros como meio de fomentar a atuação ministerial mais resolutiva e a melhor prestação de serviços à sociedade. Para tanto, aplica-se o processo de capacitação e atualização, viabilizado por meio de formações básicas, continuadas e de aperfeiçoamento funcional dos integrantes da Instituição. Todas as atividades de cada curso são práticas e aplicadas na rotina funcional dos participantes.

Como resultados, o CEAF já qualificou 440 servidores em procedimentos extrajudiciais e instrumentos de atuação do Ministério Público, em 100% das Comarcas, agilizando o cumprimento de demandas procedimentais; formou 100% dos conselheiros tutelares do Rio Grande do Norte, eleitos em 2019, contribuindo para a garantia dos direitos da criança e do adolescente; e já qualificou 174 membros e servidores para atuação na aplicação de métodos de solução consensual de conflitos na rotina funcional de Promotorias e Procuradorias de Justiça em todo o Estado.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (84) 99972-3145

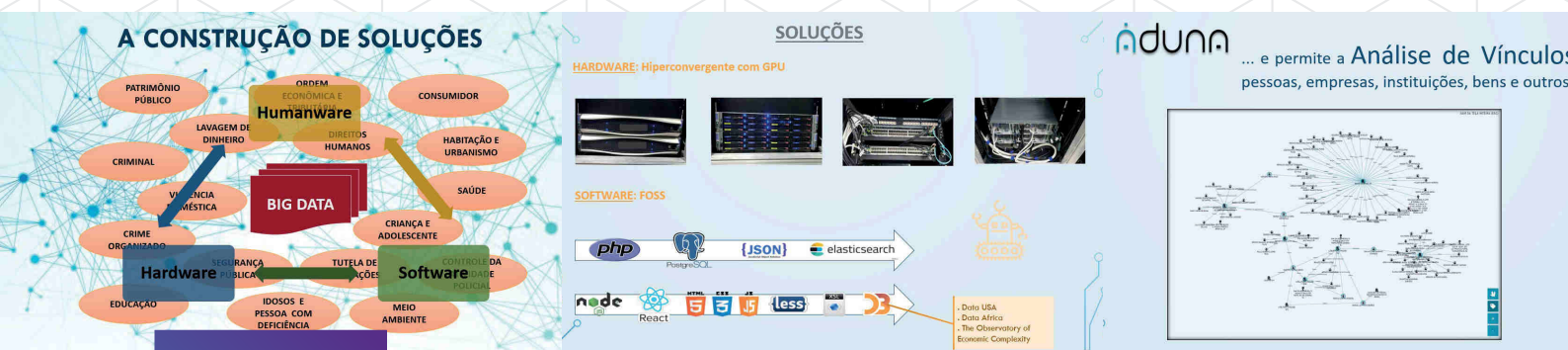
E-mail: anderson.lima@mprn.mp.br



CATEGORIA

**TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**





PROGRAMA CAPACIDADES ANALÍTICAS | 02817/2020

Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG)

Denilson Feitoza Pacheco – Procurador de Justiça

Luciana de Cássia Silva Faria – Coordenadora da Diretoria de Análises e Tecnologia de Inteligência

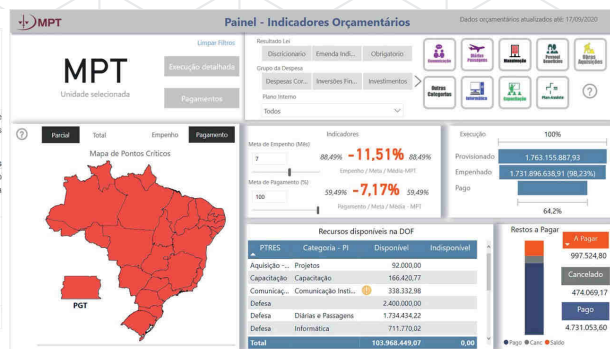
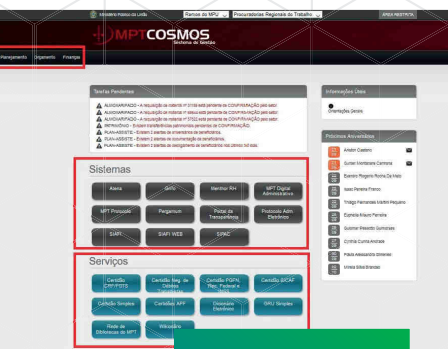
Um dos principais desafios em investigações é a capacidade de analisar um grande volume de dados complexos (*big data*), como ocorre, cotidianamente, com o MP/MG, em um estado com 21 milhões de pessoas, 853 municípios, 297 comarcas, 586 mil km², 80 milhões de boletins de ocorrência e 60 milhões de notas de empenho. No projeto Capacidades Analíticas, o MP/MG desenvolveu, implementou e continua a aperfeiçoar avançada infraestrutura tecnológica de *big data* e inteligência artificial, capaz de analisar bases de dados de todo o país. Em segundos, o sistema cruza e analisa dezenas de milhões de gastos públicos (receitas, despesas e licitações), estabelece vínculos entre 200 milhões de pessoas físicas e jurídicas e apresenta os resultados das consultas em painéis de análise, com gráficos e mapas interativos, de fácil visualização, resolvendo 100 investigações complexas no tempo de uma. O projeto Capacidades Analíticas alavancou a atuação do MP/MG com ferramentas de inteligência tecnológica e tem sólida infraestrutura para uso por todos os Ministérios Públicos.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (31) 99538-3578

E-mail: lfaria@mpmg.mp.br / dini@mpmg.mp.br



MPT COSMOS | 02071/2018

Ministério Público do Trabalho (MPT)

Fábio Massahiro Kosaka – Procurador do Trabalho

Fabíola Basset Figueiredo – Gerente Executiva

O projeto MPT Cosmos, iniciado em 2016, fortaleceu a área estruturante visando a, muito além de propiciar o mapeamento, a otimização, a modernização e a padronização da gestão administrativa, impulsionar a atividade finalística, a partir de três pilares principais: padronização tecnológica e alta automação das rotinas internas, aliadas ao processo eletrônico; grande integração entre todos os módulos e sistemas, tanto do MPT quanto de instituições externas; capacitação constante dos usuários nesses modernos mecanismos de gestão.

Todos os módulos (Almoxarifado, Patrimônio, Planejamento, Orçamentário, Financeiro, Contratos e Plan-Assiste) foram desenvolvidos internamente e estão plenamente integrados, evitando retrabalho, minimizando os erros e provendo transparência. A integração do SIAFI e de outros sistemas da Secretaria do Tesouro Nacional, possibilitando o envio e o recebimento de informações automaticamente, permite acompanhamento on-line da Alta Administração da gestão orçamentária e financeira do MPT por meio de painéis gerenciais (BI).

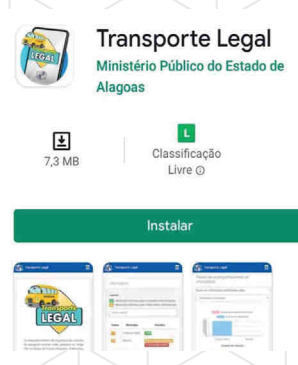
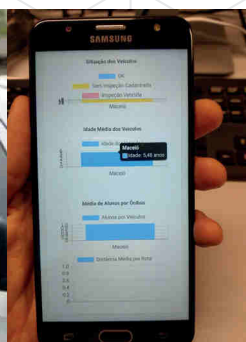
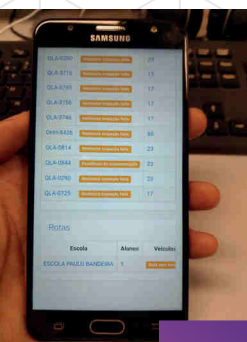
A eficiência na gestão administrativa assegura apoio de pessoal e financeiro para a missão do MPT.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (19) 98131-8743

E-mail: fabiola.figueiredo@mpt.mp.br



3

DE OLHO NO TRANSPORTE LEGAL | 02730/2020

Ministério Público de Alagoas (MP/AL)

Lucas Sachsida Junqueira Carneiro – Promotor de Justiça

Wesley de Oliveira Cavalcante – Analista do MP/Desenvolvimento de Sistemas

Diogo dos Santos Fonseca – Analista do MP/Desenvolvimento de Sistemas

Em Alagoas, para o enfrentamento de uma realidade de “paus-de-arara” e acidentes constantes, o Núcleo de Defesa da Educação iniciou o projeto Transporte Legal, que, em pouco tempo, conseguiu mudar a realidade em vários municípios alagoanos, tendo sido consagrado, em 2019, com o Prêmio Graciliano Ramos – FOCCO/AL, com o melhor trabalho no combate à corrupção no estado. Para perpetuar os resultados positivos e garantir dignidade e segurança para todas as crianças e adolescentes atendidas pelo transporte escolar, foi, então, criado o projeto De Olho no Transporte Legal. Assim, com o uso da tecnologia, o Promotor de Justiça passa a ter, no seu celular, o controle dos veículos destinados ao transporte escolar de sua Comarca, com notificações sobre vencimento, por veículo, das inspeções semestrais, autuações policiais, número de alunos em risco, escolas afetadas, criação de gráficos, entre outras funções. O aplicativo também serve ao Gestor Público, o que incentiva o aprimoramento da gestão. Também, qualquer cidadão, em respeito aos princípios da publicidade e do controle social, pode, em seu celular, fiscalizar a qualidade do transporte escolar em seu município.



CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

Telefone: (16) 98121-9190

E-mail: lucas.carneiro@mpal.mp.br

Conselho Nacional do Ministério Público

COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE

Antônio Augusto Brandão de Aras

CORREGEDOR NACIONAL

Rinaldo Reis Lima

CONSELHEIROS

Luciano Nunes Maia Freire

Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Sebastião Vieira Caixeta

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Otávio Luiz Rodrigues Jr.

Oswaldo D'Albuquerque

Sandra Krieger

Fernanda Marinela

SECRETÁRIO-GERAL

Jaime de Cassio Miranda

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Daniel Azevedo Lôbo

Prêmio CNMP | Edição 2020

COORDENAÇÃO-GERAL

Sebastião Vieira Caixeta

Conselheiro Nacional e Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico

CONSELHO GESTOR

Rinaldo Reis Lima

Luciano Nunes Maia Freire

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Otavio Luiz Rodrigues Jr.

Oswaldo D'Albuquerque

Sandra Krieger

Fernanda Marinela

COMISSÃO JULGADORA

Antônio Augusto Brandão de Aras
(Presidente – CNMP)

Antônio Carvalho e Silva Neto
(Câmara dos Deputados)

Cláudia Valenzuela
(Escritório das Nações Unidas de
Serviços para Projetos)

Cláudio de Castro Panoeiro
(Secretaria Nacional de Justiça)

Daya Hayakawa Almeida
(International Centre for Migration Policy
Development – ICMPD)

Fábio George Cruz da Nóbrega
(Associação Nacional dos Procuradores
da República)

Fernanda Marinela
(Conselheira Nacional – CNMP)

Herbert Borges Paes de Barros
(Comissão Nacional para a Erradicação do
Trabalho Escravo – CONATRAE/ MMFDH)

Luciano Nunes Maia Freire
(Conselheiro Nacional – CNMP)

Marcelo André de Azevedo
(Colégio de Diretores de Escolas e Centros
de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos
Ministérios Públicos do Brasil)

Marcelo Velasco Nascimento Albernaz
(Associação dos Juizes Federais do
Brasil – AJUFE)

Marcelo Weitzel Rabello de Souza
(Conselheiro Nacional – CNMP)

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva
(Conselheira – CNJ)

Maria Rosa Sabbatelli
(EEAS/Delegação da União Europeia no Brasil)

Manoel Jorge e Silva Neto
(Escola Superior do Ministério Público)

Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares
(Associação Nacional dos Membros do MP)

Mário Sérgio Marques Soares
(Associação Nacional do Ministério Público
Militar)

Milena Cristina Costa
(Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho)

Nelson Lacava Filho
(Comunidade Acadêmica)
Noemia Aparecida Garcia Porto
(Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho)

Oswaldo D'Albuquerque
(Conselheiro Nacional – CNMP)

Otavio Luiz Rodrigues Jr.
(Conselheiro Nacional – CNMP)

Regina Célia Almeida Silva Barbosa
(Instituto Maria da Penha)

Rinaldo Reis Lima
(Corregedor Nacional – CNMP)

Rodrigo Badaró Almeida de Castro
(Comunidade Acadêmica)

Rosa Maria Campos Jorge
(Sindicato Nacional dos Auditores
Fiscais do Trabalho)

Sandra Krieger
(Conselheira Nacional – CNMP)

Sebastião Vieira Caixeta
(Conselheiro Nacional – CNMP)

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
(Conselheiro Nacional – CNMP)

Ulisses Rabaneda dos Santos
(Conselho Federal da Ordem dos
Advogados do Brasil)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Lara Camargo de Castro
(Promotora de Justiça – MP/MS)

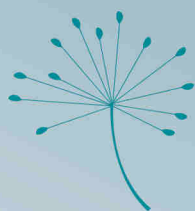
Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade
(Procurador do Trabalho – MPT)

João Barbosa Lima
(Assessor-Chefe/CPE)

Roberto Itajahy Lopes
(Assessor/CPE)

Rogério Carneiro Paes
(Assessor/CPE)

Jucélia Ferreira de Albuquerque
(Assistente/CPE)



PRÊMIO CNMP

2020

MINISTÉRIO PÚBLICO. UM PROJETO, MUITAS CONQUISTAS.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO